

Processo AL nº 22819/20 – **Projeto de Lei nº 21/2020** que “PROÍBE NO ÂMBITO DO ESTADO DO PIAUÍ A COMERCIALIZAÇÃO DE BRINQUEDOS E ACESSÓRIOS INFANTIS, COMPOSTO POR ÁCIDO BÓRICO, BORATO DE SÓDIO, TETRABORATO DE SÓDIO OU BÓRAX, SEM A CERTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE FEDERAL COMPETENTE”

Regime de Tramitação: Ordinário

Autora: Deputada Teresa Britto

Relator: Deputado Nerinho

PARECER CCJ Nº /21

I – Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 59, 61 e 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Processo AL nº 222819/20 – **Projeto de Lei nº 21/2020**. Havendo o Presidente da Comissão se autodenominado relator.

A proposição em tela proíbe no âmbito do estado do Piauí a comercialização de brinquedos e acessórios infantis, composto por ácido bórico, borato de sódio, tetraborato de sódio ou bórax, sem a certificação do órgão ou entidade federal competente no âmbito do estado do Piauí.

Legislar sobre a defesa da saúde é competência concorrente entre União e Estados, nos termos do art. 24, XII, da Constituição Federal. Além disso, a saúde de todos é dever do Estado, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos, de acordo com o art. 196.

Prevê ainda a Constituição Estadual, em seu artigo 203, que a saúde será garantida pelo poder público estadual, mediante políticas sociais e econômicas que visem à extinção do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços destinados a sua promoção, proteção e recuperação, com prioridade para as atividades preventivas e de vigilância sanitária e epidemiológica.

O seu texto satisfaz às exigências da boa técnica legislativa, em decorrência do uso preciso dos termos técnicos e, também, está redigido em boa linguagem.

Eis o Relatório.

II - Voto do Relator

Após análise circunstanciada do Processo AL nº 22819/20 – **Projeto de Lei nº 21/2020**. O Relator **vota pela aprovação da matéria**.

III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

(X) pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

(.) pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

Sala das Comissões Técnicas, em Teresina (PI), 31 de Maio de 2021.

Deputado Nerinho
Relator

Dep. Genivaldo
Dep. Benício
Dep. João de Deus
Dep. Zé Carlos

| |
|----------------------------|
| APROVADO À UNANIMIDADE |
| EM, 31/06/2021 |
| Genivaldo |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: |
| Justiça |